

ARTIGOS

OS INDUSTRIAIS DA SECA E A POLÍTICA DA SECA NO NORDESTE BRASILEIRO

Tamara Zambiasi*

*Universidade de Cambridge, Departamento de Geografia, Cambridge, Reino Unido.

Resumo

Este artigo examina a crítica de Antonio Callado às dinâmicas sociais e políticas em torno da seca no Nordeste brasileiro, apresentada em suas crônicas de 1959 para o Correio da Manhã. Callado expôs a Indústria da Seca, uma rede de latifundiários e políticos que exploravam os esforços contra a seca para ganhos pessoais e políticos. Ele mostrou como a seca, frequentemente vista como uma questão climática, era usada para perpetuar desigualdades e manter desequilíbrios de poder. O estudo adota uma metodologia histórico-documental, baseada nas crônicas de Callado e fontes de arquivo. Ancorada na teoria do espaço de Milton Santos, a pesquisa analisa como estruturas sociopolíticas e o controle de recursos moldaram a seca como oportunidade de lucro e dominação. Incorporando o pensamento de Celso Furtado sobre reforma agrária e distribuição equitativa de recursos, o artigo enfatiza a seca como reflexo de desigualdades e um espaço contestado de poder.

Palavras-chave

Antonio Callado; Planejamento regional; Desigualdades socioespaciais; Desenvolvimento Regional; Política Pública.

ARTICLES

INDUSTRIAIS DA SECA AND THE POLITICS OF DROUGHT IN THE BRAZILIAN NORTHEAST

Tamara Zambiasi*

*Universidade de Cambridge, Departamento de Geografia, Cambridge, United Kingdom.

Abstract

This paper examines Antonio Callado's critique of the social and political dynamics surrounding drought in Brazil's Northeast, as highlighted in his 1959 chronicles for the newspaper Correio da Manhã, which exposed the Indústria da Seca – a network of large landowners and politicians who exploited drought relief efforts for personal and political gain. Callado argued that drought, often framed as a climatic issue, perpetuated inequality and reinforced power imbalances. Employing a historical-documentary methodology, this study draws on Callado's chronicles and archival sources. Using Milton Santos' theory of space, it explores how socio-political structures and resource control transformed drought into a tool of profit and domination. Celso Furtado's developmental thought, particularly his advocacy of land reform and equitable resource distribution, informs the analysis. By synthesizing Callado, Santos and Furtado's perspectives, this paper highlights drought as a reflection of entrenched inequalities and a contested site of power.

Keywords

Antonio Callado; Regional planning; Socio-Spatial inequalities; Regional development; Public policies.

OS INDUSTRIAIS DA SECA E A POLÍTICA DA SECA NO NORDESTE BRASILEIRO¹

Tamara Zambiasi

Introdução

A seca no Nordeste brasileiro há muito é percebida principalmente como uma questão climática, com frequência enquadrada sob o rótulo simplista de um “problema do Norte”². Essa visão reducionista, no entanto, obscurece as dimensões políticas e sociais mais profundas que contribuem para a vulnerabilidade crônica da região. Por meio de suas crônicas jornalísticas, Antonio Callado desafiou essa perspectiva limitada ao introduzir o conceito de “industriais da seca”, termo que destaca como certas estruturas de poder lucraram com a escassez hídrica, transformando-a em uma oportunidade de negócio (Callado, 1960). Este artigo explora a produção do Nordeste não apenas como uma região geográfica, mas também como uma entidade política e social, na qual a seca é manipulada para manter e reforçar hierarquias de poder existentes. Com base na teoria do espaço relacional de Milton Santos (2021 [1996]), este estudo examina como a seca no Nordeste brasileiro transcende suas origens naturais para se tornar um fenômeno politicamente e socialmente construído, refletindo profundas desigualdades de poder. Esse referencial teórico orientará a análise sobre como o controle das elites, a posse da terra e as decisões políticas moldaram a resposta da região a ela, com foco especial na crítica de Callado à Indústria da Seca.

1. Este trabalho foi financiado pelo Economic and Social Research Council [número da concessão ES/J500033/1] e pelo Harding Research Grant, concedido pelo programa Harding Distinguished Postgraduate Scholarship Programme da Universidade de Cambridge.

2. Expressão utilizada pelo deputado Ildefonso Albano, do estado do Ceará, em discurso proferido na Câmara dos Deputados em 15 de outubro de 1917 (Albano, 1918). ALBANO, I. *O secular problema do Norte*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional: Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro, 1918.

A região semiárida do Nordeste, que inclui os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e partes de Minas Gerais, é caracterizada por baixos índices pluviométricos anuais. Paradoxalmente, porém, seus níveis de precipitação superam os de outras regiões semiáridas ao redor do mundo, proporcionando períodos de abundância hídrica que poderiam sustentar atividades agrícolas (Embrapa, [s.d.]). Apesar desse potencial, a vulnerabilidade da região diante da seca persiste e é agravada pela distribuição desigual de recursos. Fatores sociais e políticos, e não apenas as condições climáticas naturais, afetam as populações mais pobres de maneira desproporcional, influenciando a gestão da seca e perpetuando a desigualdade socioeconômica na região. Historicamente, as políticas públicas se concentraram em projetos de infraestrutura de grande escala, como açudes, barragens e sistemas de irrigação, negligenciando as desigualdades sociais subjacentes e o acesso desigual à água (Zambiasi, 2022). Essas estratégias, não raro, favoreceram os interesses das elites, reforçando as estruturas de poder que se beneficiam da má gestão da seca.

Celso Furtado, importante economista e figura influente durante a grande seca de 1958, argumentava que o problema fundamental do Nordeste não era a escassez de água, mas a distribuição desigual tanto da água como da terra (Tavares; Andrade; Pereira, 1998). Para Furtado, a seca foi sistematicamente vista como um empreendimento lucrativo para as estruturas oligárquicas (Poder Executivo, 1959), que exploravam recursos públicos em benefício próprio – uma visão que ressoa na descrição de Callado sobre os industriais da seca. Essas figuras, semelhantes aos coronéis descritos por Leal (1975), operavam dentro de um sistema oligárquico-patrimonial enraizado, perpetuando tanto os impactos físicos da seca como os sociais.

Ampliando essa análise, Buckley (2017; 2020) examinou o papel dos tecnocratas e das instituições da seca que emergiram após a Primeira República (1889-1930). Embora alguns burocratas fossem sinceros em seus esforços para mitigar os efeitos desse fenômeno, seu trabalho frequentemente era limitado por estruturas políticas desenhadas para proteger os interesses das elites. Esse conflito veio à tona em 1959, quando Antonio Callado foi enviado ao Nordeste para documentar as consequências da seca de 1958. Sua série de reportagens, publicada no jornal *Correio da Manhã* e posteriormente reunida no livro *Os industriais da seca e os “Galileus” de Pernambuco* (1960), expôs a chamada “Indústria da Seca” e os mecanismos pelos quais latifundiários e políticos lucravam com a seca contínua, transformando-a em um negócio lucrativo.

Callado também revelou os conflitos em torno de uma proposta de lei de irrigação introduzida pelo presidente Juscelino Kubitschek, que buscava regular o uso da terra e da água em áreas beneficiadas por investimentos públicos (Poder Executivo, 1959). No entanto, seu relato expôs a resistência ferrenha das elites

que lucravam com a má gestão dos recursos destinados ao combate à seca. Celso Furtado, o arquiteto da proposta, idealizou o uso de reservatórios de água para fins sociais, defendendo a expropriação de terras adjacentes e a implementação de uma reforma agrária (Pinto, 2020). Apesar de seus esforços, o projeto de lei enfrentou forte oposição no Congresso e acabou não sendo aprovado. Essa foi a primeira vez em que a reforma agrária foi considerada uma solução viável para a crise da seca no Nordeste (Furtado, 1989) e permanece como um dos esforços mais significativos para redistribuir o acesso à terra e à água na região.

A literatura recente sobre a seca no Nordeste brasileiro destaca os desafios persistentes da região, agravados por infraestrutura inadequada, má gestão política e desigualdades socioeconômicas. Historicamente, as respostas a ela foram moldadas pela Indústria da Seca, uma realidade na qual recursos públicos para grandes projetos de infraestrutura, como açudes, beneficiaram em geral elites políticas, em detrimento das populações afetadas pela falta de água (Ferreira, 2024a). Além disso, legados coloniais continuaram a influenciar os debates sobre desenvolvimento na região. Durante o período colonial, as elites controlavam a terra e a água, deixando a maioria da população, sobretudo no interior, economicamente dependente delas (*id.*, 2024b), uma condição que ainda persevera. A falta de uma estratégia abrangente para abordar tanto os impactos imediatos quanto os de longo prazo da seca persiste, à medida que a degradação ambiental, incluindo desmatamento e erosão do solo, aumenta a vulnerabilidade das comunidades mais pobres da região (Nascimento; Santos, 2022).

Nesse contexto, este artigo examina a representação da seca por Antonio Callado como um fenômeno socialmente construído, desafiando as narrativas deterministas que atribuem o “problema do Norte”, como pobreza, fome e migração, a fatores exclusivamente ambientais. Baseando-se na concepção de Milton Santos do espaço geográfico como relacional e socialmente construído (2021 [1996]), este estudo insere a análise da seca dentro de dinâmicas sociopolíticas mais amplas. Segundo Santos, o espaço não é mero pano de fundo, mas uma construção social plantada em condições materiais e moldada por forças políticas, econômicas, culturais e ideológicas. Esse arcabouço teórico ilumina como as estruturas de poder controladas pelas elites transformam desafios ambientais, como a seca, em instrumentos de controle sociopolítico.

Embora esteja bem estabelecida, a historiografia sobre a seca no Nordeste brasileiro se concentrou amplamente nos aspectos físicos e políticos da crise. Ao integrar os escritos de Antonio Callado com a teoria do espaço relacional de Milton Santos, este artigo enquadra a seca dentro de um contexto sociopolítico mais amplo. A obra *Os industriais da seca* (Callado, 1960) é analisada não apenas como narrativa

jornalística, mas também como artefato histórico, revelando como as práticas espaciais e as relações de poder perpetuaram desigualdades estruturais na região. O artigo também explora as conexões entre a visão de reforma agrária de Celso Furtado e a crítica de Callado à Indústria da Seca, enfatizando os fundamentos sociopolíticos que moldam a gestão da seca. Ressalta-se como as decisões sobre a alocação de terras e recursos hídricos não foram meras respostas reativas às crises ambientais, mas estiveram profundamente entrelaçadas às dinâmicas espaciais de poder e controle. Essa abordagem, além de revisitar o passado, fornece um referencial teórico que aprimora a compreensão dos desafios contemporâneos na governança da água, na justiça social e no desenvolvimento regional no Nordeste brasileiro.

As crônicas de Callado tiveram repercussões políticas significativas, acendendo o debate nacional sobre a seca e contribuindo para a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Sua obra representa uma mudança crítica na forma como a seca era compreendida no Brasil, enfatizando suas raízes sociais em vez de considerá-la apenas como um desastre natural. Apesar dessa crescente conscientização, a oposição de elites influentes dificultou a implementação de reformas significativas, como a redistribuição de terras, garantindo que as dimensões sociopolíticas da seca permanecessem intocadas (Furtado, 1989). Este artigo busca lançar luz sobre a primeira tentativa liderada pelo Estado de abordar a seca de uma perspectiva social, indo além das abordagens centradas na infraestrutura, que dominaram os debates políticos anteriores. No entanto, em face da resistência de interesses arraigados, essa oportunidade de transformação no Nordeste acabou perdida.

No cerne deste artigo está a argumentação de que a escassez hídrica no Nordeste brasileiro não deve ser vista como mero evento climático, e sim como um fenômeno socialmente construído. A obra de Callado expõe como as elites políticas e econômicas, especialmente latifundiários e políticos, manipularam a crise da seca para benefício próprio, transformando um desastre natural em uma ferramenta para manutenção do poder. Essa perspectiva histórica desafia a visão da seca como evento climático, enquadrando-a, em vez disso, como um processo moldado por fatores sociopolíticos, incluindo posse da terra, alocação de recursos e poder estatal.

O artigo também situa a crítica de Callado dentro do contexto intelectual e político dos anos 1950, destacando as propostas radicais de Celso Furtado para a reforma agrária e a distribuição equitativa da água. A visão de Furtado desafiava diretamente as elites que lucravam com a má gestão da seca e dos recursos hídricos. Contudo, como evidenciado pelos relatos de Callado, esses esforços de reforma enfrentaram forte oposição daqueles que tinham interesses consolidados no modelo

vigente. Esse embate revelou a profundidade das desigualdades estruturais na região e a extensão em que as elites historicamente protegeram seus privilégios à custa dos mais pobres.

A metodologia adotada neste artigo baseia-se em uma análise histórico-documental das crônicas de Antonio Callado, com uma leitura crítica de seu conteúdo. O estudo tem como fonte primária o livro *Os industriais da seca e os “Galileus” de Pernambuco*, de 1960. As crônicas de Callado, originalmente publicadas entre 10 e 23 de setembro e entre 29 de novembro e 2 de dezembro de 1959, oferecem um material valioso para compreender a relação entre o discurso jornalístico e as políticas públicas sobre esse fenômeno. O livro é dividido em três partes: (i) *O Ceará contra a irrigação*, (ii) *Paraíba contra a lei* e (iii) *Despertar em Pernambuco*. A análise se concentra nas duas primeiras partes, que abordam as controvérsias em torno da lei de irrigação e os mecanismos pelos quais os latifundiários usaram a seca como instrumento de poder sobre os mais pobres. A terceira parte, que discute os movimentos sociais rurais, não será abordada neste estudo.

O presente estudo posiciona o livro como uma narrativa e como um documento histórico, refletindo as dinâmicas sociopolíticas do Brasil dos anos 1950. Suas dimensões histórica e jornalística oferecem uma lente para a análise das estruturas de poder e das políticas relativas à seca, revelando como o controle das elites e as decisões políticas moldaram a alocação de recursos. Ao integrar a obra de Callado à historiografia da seca e da desigualdade no Nordeste, o artigo destaca a conexão entre jornalismo, políticas públicas e poder social. Combinando a investigação de Callado com a visão reformista de Furtado, argumenta-se que as secas não são meros eventos naturais, mas fenômenos moldados pela economia política da região. O estudo conclui que a vulnerabilidade contínua do Nordeste à seca é resultado da desigualdade no acesso aos recursos e da exploração de fundos públicos pelas elites.

1. *Terra Ignota*

Abordando-o, compreende-se que até hoje escasseiem sobre tão grande trato de território, que quase abarcaria a Holanda (9° 11' – 10° 20' de lat. e 4° – 3° de long. O.R.J.), notícias exatas ou pormenorizadas. As nossas melhores cartas, enfeixando informes escassos, lá têm um claro expressivo, um hiato, *terra ignota*, em que se aventura o rabisco de um rio problemático ou idealização de uma corda de serras (Cunha, 1957 [1902], p. 23).

Compreender as dinâmicas e as relações de poder no Nordeste brasileiro exige uma análise de como essa região foi construída na história. O Nordeste não é um espaço naturalmente definido. Em sua obra clássica *Os Sertões* (2017 [1902]),

Euclides da Cunha o descreveu como parte de um “arquipélago” – um território tão desconhecido e fragmentado que poderia ser compreendido de múltiplas maneiras (*ibid.*). Sua formação como região pode ser analisada com base em três dimensões inter-relacionadas: (i) sua geografia física, (ii) a construção cultural e identitária impulsionada pelos movimentos regionalistas do século XX e (iii) a dura realidade das secas recorrentes. Essas não são categorias cronológicas, pois os processos frequentemente se sobrepõem e se entrelaçam. Em vez disso, propõem-se esses três eixos como lentes distintas para compreendê-lo e representá-lo.

Em termos territoriais, o Nordeste é uma das cinco regiões do Brasil, cobrindo cerca de 18% da área total do país. Mais de 50% desse território está localizado na zona semiárida, comumente chamada de “polígono das secas”. Essa área abrange cerca de 1.200 municípios e abriga aproximadamente 23 milhões de pessoas. A região é caracterizada pelo bioma Caatinga, um ecossistema exclusivo do Brasil, marcado por vegetação adaptada à seca e rios intermitentes (IBGE, [s.d.]). Um dos mais proeminentes desses rios, o Jaguaribe, se estendia por mais de 600 km e era considerado o rio intermitente mais longo do mundo até a construção do Açude de Orós, em 1920 (Gatto, 1999).

Quando analisado por meio de lentes culturais, sociais e econômicas, o espaço apresenta múltiplas dimensões que vão além de sua materialidade. Pensadores como Milton Santos e Michel de Certeau oferecem uma concepção do espaço como relacional, enfatizando que o espaço geográfico é moldado pelas práticas humanas dentro do mundo material (Certeau, 2014; Santos, 2021 [1975]; [1978]). Sob essa perspectiva, o espaço é compreendido como uma construção social profundamente enraizada em condições materiais e moldada pela interação entre processos políticos, econômicos, culturais e ideológicos. Não é apenas um pano de fundo para a atividade humana, mas um participante ativo na produção e na reprodução das relações sociais, sendo continuamente transformado por seu contexto histórico (Santos, 2021 [1975]; [1978]). Assim, o espaço emerge tanto como produto quanto como uma força que molda as relações sociais, econômicas e políticas de seu tempo.

O Nordeste, enquanto um espaço social construído, precisou ser representado como uma região distinta, com características próprias, para alcançar inserção político-social. Essa construção espacial se cristaliza dentro das dinâmicas de poder, especialmente nas relações entre proprietários de terra e trabalhadores rurais. Além disso, trata-se de um espaço moldado pela apropriação das estruturas públicas por grupos abastados, que as modificaram para atender a suas necessidades específicas. Como consequência, o espaço social torna-se o lócus privilegiado para o qual os processos econômicos, políticos e sociais convergem e onde atuam sobre a estrutura social. Dessa forma, os desafios climáticos do Nordeste são

transformados em uma questão multidimensional, profundamente entrelaçada com dinâmicas socioeconômicas e políticas mais amplas.

Nesse contexto, o Nordeste pode ser compreendido como um produto das dinâmicas de poder e conhecimento mobilizadas no início do século XX. A identidade espacial da região foi construída por meio de práticas regionalistas que surgiram em um período em que se buscava forjar uma identidade nacional unificada. Tais esforços se refletiram na literatura, no movimento modernista e nos ideais eugênicos, que progressivamente reforçaram a distinção entre o Norte e o Sul do Brasil. A criação da Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (Ifocs), em 1909, serviu de mecanismo estatal central para lidar com a seca, institucionalizando, de fato, os desafios climáticos da região. Essa instituição tornou-se um espaço estratégico onde políticos do Norte articularam narrativas regionalistas em oposição às oligarquias dominantes de São Paulo e Minas Gerais, sobretudo na disputa por investimentos públicos (Albuquerque Jr., 2011; Moraes, [s.d.]).

O termo “Nordeste” foi utilizado oficialmente pela primeira vez pelo Ifocs. Até 1925, essa era uma área considerada parte de um espaço indivisível, descrito como a região Norte, afetada por longos períodos de seca. Na época, jornais do Sul começaram a destacar o “problema do Norte”, sem ainda diferenciar Norte e Nordeste. Esse discurso, que enquadrava o “problema” como uma questão regional unificada, em vez de como um fenômeno que afetava áreas específicas, contribuiu para consolidar a identidade das províncias e estados nordestinos, em um processo liderado pelos filhos dos *coronéis*, elites fundiárias que eram enviadas para estudar na Faculdade de Direito e no Seminário de Recife. Essa emergente *intelligentsia* regional desempenhou papel central na representação do Nordeste como uma região coesa (Albuquerque Jr., 2011). Seu objetivo era posicioná-lo como uma área que merecia atenção especial das autoridades públicas, um reconhecimento que acabou se concretizando por meio do aumento dos investimentos públicos no combate à seca.

Os coronéis são uma categoria fundamental para compreender a região Nordeste do Brasil e sua relação com a seca. O termo designa um grande proprietário de terras que exerce significativa influência política em razão de seu controle sobre o eleitorado local. Como explica Leal (1975), o coronelismo – a prática do poder autoritário localizado (mandonismo) – é uma característica central da vida política nas cidades do interior do Brasil. Ele representa a materialização de um poder privado e pessoal que emerge dentro de um sistema político caracterizado pelo sufrágio ampliado, mas profundamente entrelaçado a uma estrutura econômica e social que privilegia uma elite restrita.

Com raízes na história colonial do Brasil, o coronelismo envolve a apropriação de recursos públicos e a atuação de instituições para benefício privado. Ele opera dentro da lógica do mandonismo, em que a colaboração com as autoridades públicas se baseia na troca de favores. O coronel mantém sua influência sobre o governo por meio da coerção eleitoral, em uma prática conhecida como voto de cabresto, que impõe um controle arbitrário sobre os habitantes de pequenas cidades empobrecidas (Leal, 1975). A categoria dos coronéis é central para a compreensão das dinâmicas sociopolíticas abordadas nos artigos de Callado, em especial no que se refere à seca como uma construção social, em vez de como um fenômeno puramente ambiental.

Nesse contexto, Santos (2021 [1975]) oferece uma lente fundamental para interpretar o espaço não apenas como um pano de fundo passivo, mas como um agente ativo na reprodução das relações sociais. A apropriação estratégica da terra e dos recursos hídricos pelos coronéis exemplifica como as elites historicamente configuraram o espaço para consolidar e perpetuar seu domínio socioeconômico e político. A manipulação de recursos públicos, como a infraestrutura de irrigação, ilustra ainda mais como o espaço, por meio de práticas tanto materiais quanto simbólicas, foi utilizado para sustentar um sistema de desigualdade. Dessa maneira, os coronéis transformaram a paisagem física do Nordeste em uma ferramenta sociopolítica, reforçando a dependência e mantendo o controle sobre os pobres sem-terra. As práticas socioespaciais empregadas por essas elites evidenciam a interseção entre poder político, distribuição de recursos e a natureza construída do espaço, demonstrando, em última instância, como o controle das elites sobre os recursos espaciais sustentou os sistemas persistentes de desigualdade na região.

O Nordeste foi – e ainda é – frequentemente definido por seu desafio mais implacável: a seca e suas vastas consequências. A seca de 1877 no Ceará representa um marco histórico, pois foi a primeira ocorrência desse tipo amplamente divulgada em jornais de todo o país. Essa visibilidade trouxe a questão para o debate nacional, enquadrando-a não apenas como uma preocupação regional, mas também como um problema de alcance nacional (Albuquerque Jr., 2011). Rodolfo Teófilo, historiador brasileiro, captura vividamente a devastação desse evento em sua obra clássica *A fome* (1890), na qual descreve os horrores que ele provocou. Seu relato oferece um retrato detalhado do sofrimento humano causado pela prolongada escassez de recursos, inserindo a seca na memória coletiva da nação como um momento crucial na história social e ambiental do Nordeste.

A peste e a fome matam mais de 400 pessoas por dia. O que lhes digo é que, durante o tempo em que permaneci parado em uma esquina, vi passar 20 cadáveres: e como são levados para a vala comum!

É horrível! [...] E as crianças que morrem nos acampamentos, como são carregadas! Pela manhã, aqueles responsáveis por enterrá-las as recolhem em um grande saco: e, uma vez ensacados os corpos, esse grosseiro sudário de estopa é amarrado a um pau e levado até a cova (Teófilo, 1890, p. 718).

A seca de 1877, que durou três anos, foi a mais longa registrada no século XIX. Embora não existam estatísticas oficiais sobre o número de mortes, estimativas indicam que aproximadamente 500 mil pessoas tenham morrido de fome ou de doenças relacionadas à seca. Além disso, mais de 100 mil indivíduos migraram para Fortaleza, a capital do estado, cuja população na época era de apenas 25 mil habitantes (Secreto, 2020). Somente em 1879 o imperador D. Pedro II visitou a região. Chocado com as condições extremas, declarou, em uma célebre frase, que gastaria até a última joia da Coroa para garantir que ninguém mais sofresse com a seca. Em resposta, foi estabelecida uma comissão oficial para estudar o problema, recomendando a construção de ferrovias para facilitar a migração para o litoral e a construção de barragens para garantir o abastecimento de água e a irrigação. Apesar de algumas dessas recomendações terem sido implementadas, nenhuma mudança estrutural significativa foi realizada (Lima; Magalhães, 2018). Esse episódio ilustra a resposta governamental limitada e a persistente vulnerabilidade do Nordeste às crises ambientais.

Os desdobramentos da Grande Seca de 1877 são um exemplo de como decisões políticas são capazes de determinar até que ponto um evento climatológico se transforma em catástrofe social. Em resposta ao desastre, o imperador ordenou a construção do primeiro açude no Sertão, o Açude do Cedro, no Ceará, cujas obras começaram em 1890. O projeto levou quinze anos para ser concluído, contando amplamente com a mão de obra de vítimas da seca. Em 1909, foi criada a Inspetoria de Obras Contra a Seca (Iocs), a primeira instituição pública dedicada ao enfrentamento do problema. No entanto, o órgão enquadrava a escassez hídrica exclusivamente como um fenômeno climático, desconsiderando as complexas dinâmicas sociais que agravavam seus impactos. Essa abordagem falhou em reconhecer o papel das estruturas políticas e econômicas na transformação de desafios ambientais em desastres sociais (Zambiasi, 2022).

Nesse contexto, duas abordagens distintas emergiram para lidar com o problema da seca no Nordeste brasileiro. A primeira envolvia a criação de assentamentos agrícolas irrigados próximos a açudes, promovendo a autossuficiência agrícola dos pequenos agricultores. A segunda concentrava-se na construção de reservatórios para armazenar água, com o objetivo principal de sustentar a pecuária já existente. Entretanto, com a vida política dominada pelos coronéis, que controlavam

a máquina estatal e a Iocs, a primeira abordagem foi vista como disruptiva e considerada potencial ameaça de reforma agrária. Como resultado, foi descartada. Muitos especialistas argumentam que a estratégia adotada pela Inspetoria contribuiu para o desenvolvimento da chamada “Indústria da Seca”, na qual recursos federais eram direcionados para beneficiar políticos e grandes proprietários de terra do Nordeste, sem enfrentar os problemas estruturais com os quais tinham de lidar os pobres sem terra (Buckley, 2017). Ao longo do século XX, esse mecanismo perpetuou a vulnerabilidade à seca e à fome, sustentado pela narrativa propagada pelos coronéis e pela elite política de que se tratava tão somente de uma questão de instabilidade climática, e não de um problema mais profundo enraizado na economia política da região.

Foi apenas na década de 1950, com as propostas de Celso Furtado, que o paradigma dominante sobre o problema da seca no Nordeste foi seriamente desafiado. O diagnóstico de Furtado culminou em um relatório que deu origem à Operação Nordeste, iniciativa que visava expor as realidades socioeconômicas da região, tornando insustentável a justificativa para a continuidade do uso de recursos públicos na perpetuação das “estruturas anacrônicas e antissociais” que haviam se enraizado em virtude das extremas desigualdades econômicas (Furtado, 1959; 1989, p. 56). A visão de Furtado, defendida pelo presidente Juscelino Kubitschek, foi enquadrada como uma “luta pelo Nordeste”, enfatizando a necessidade de mudanças estruturais em vez da mera manutenção do *status quo*.

Uma das principais críticas de Furtado era direcionada ao investimento em grandes barragens de irrigação, que ele via como um exemplo emblemático do mau uso dos recursos públicos. Esses projetos eram subutilizados por razões não econômicas, e os benefícios favoreciam desproporcionalmente os latifundiários. O governo não apenas financiava a construção dessas barragens, como também concedia direitos de irrigação aos proprietários de terra a um custo mínimo, aumentando significativamente o valor dessas terras da noite para o dia. As propostas do economista buscavam corrigir essas desigualdades e redirecionar os recursos para soluções mais equitativas do ponto de vista social e mais viáveis economicamente para a região (Furtado, 1959; 1989).

Refletindo sobre esse período, Celso Furtado posteriormente enfatizou que a falta da implementação de uma reforma agrária foi a principal razão para a recorrência das crises relacionadas à seca na região. Sem enfrentar a distribuição desigual da terra e do poder, ele acreditava que qualquer tentativa de solucionar o problema permaneceria ineficaz. Para Furtado, a pobreza e a desigualdade enraizadas no Nordeste eram resultados diretos das políticas do governo federal ao longo dos anos. Durante os períodos chuvosos, os grandes proprietários empregavam

trabalhadores rurais locais na criação de gado, no cultivo de plantas xerófitas e na agricultura de subsistência. Porém, durante a estiagem, esses trabalhadores dependiam da assistência financeira do governo para sobreviver. Sem esse auxílio, a população enfrentava a fome ou a necessidade de migrar para outras regiões. Contudo, essa assistência pública também perpetuava as estruturas sociais tradicionais, mantendo a população atrelada à terra e reforçando o controle político exercido pelos coronéis sobre os eleitores da região (Furtado, 1959).

Além disso, recursos públicos limitados destinados à região eram frequentemente utilizados para a construção de grandes barragens, como a do Orós, ou para projetos emergenciais de assistência improvisados. Essas iniciativas beneficiavam sobretudo os proprietários de terra, que mantinham o controle sobre as áreas irrigadas, utilizando-as para a produção de açúcar, cachaça, gado e outros bens voltados à exportação para os mercados mais ricos do Sul. Furtado argumentava que esse sistema priorizava os interesses da elite, ao mesmo tempo que exacerbava a vulnerabilidade dos pobres sem terra (Furtado, 1959; 1989).

Quando a seca de 1958 atingiu seu auge, o presidente Juscelino Kubitschek convocou Celso Furtado para que elaborasse uma solução. Como economista coordenador do Grupo Misto de Estudos Cepal-BNDE, um acordo de cooperação técnica entre a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Ele desempenhou um papel crucial na produção de dados econômicos até então inexistentes. Essa iniciativa tinha como objetivo diagnosticar as realidades macroeconômicas do Brasil, elaborar planos estratégicos de desenvolvimento e orientar os investimentos públicos (Pinto, 2020). Furtado recebeu a missão de formular um plano abrangente para o Nordeste, o que resultou na publicação, em 1959, do relatório *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste* (Grupo de Trabalho do Desenvolvimento do Nordeste, 1959). Nesse estudo, ele diagnosticou o subdesenvolvimento da região, destacando a desigualdade regional e a persistência de práticas herdadas do período colonial, que perpetuavam estruturas de poder ultrapassadas. Furtado argumentava que a solução para o problema da seca estava fundamentalmente ligada à reforma agrária, considerada essencial para enfrentar as profundas disparidades econômicas da região.

O plano se materializou por meio da criação da Sudene, liderada por Celso Furtado. Um dos pilares centrais da missão do órgão foi a Lei da Irrigação (Lei nº 882/1959) (Poder Executivo, 1959), que buscava reestruturar a posse da terra para a produção de alimentos como estratégia de combate à seca. A lei tinha como foco o desenvolvimento de um plano de irrigação que incluía a desapropriação de terras, especialmente nas áreas ao redor de açudes e zonas irrigadas. O objetivo era

redistribuí-las para criar uma outra classe de irrigantes, composta principalmente de trabalhadores sem terra da região. Ao proporcionar a eles acesso tanto à terra como aos recursos hídricos, a política visava viabilizar uma produção sustentável de alimentos por meio do uso racional da água (Pinto, 2023). Essa iniciativa representava uma mudança significativa na abordagem ao problema da seca, pois buscava enfrentar suas raízes sociais e econômicas, empoderando as populações locais por meio da reforma agrária e aprimorando a gestão dos recursos naturais.

O objetivo da política de irrigação era atender a uma finalidade social, sob supervisão do governo, para garantir a estabilidade da produção de alimentos no Nordeste. O projeto foi inspirado em iniciativas semelhantes anteriormente implementadas nos Estados Unidos. O elemento central da lei era a promoção da reforma agrária por meio da desapropriação de terras irrigadas, conforme estabelecido em suas principais disposições: (a) desapropriação de terras de proprietários ausentes, que não exerciam a agricultura como atividade principal – os *ausentes*; (b) desapropriação de grandes proprietários cujas terras excediam dois lotes agrícolas³ – os *abastados*; e (c) desapropriação de propriedades tão pequenas que não eram consideradas economicamente viáveis dentro do sistema de irrigação – os *despossuídos* (Poder Executivo, 1959). Esse marco legal tinha o intento de redistribuir a terra de forma a corrigir desigualdades e estabelecer uma base para uma agricultura sustentável, beneficiando especialmente os trabalhadores sem terra e marginalizados.

Para dar início ao processo, todas as terras irrigadas por reservatórios públicos seriam desapropriadas. Porém, os antigos proprietários tinham permissão para reter uma parte de suas terras, maior do que os lotes concedidos aos demais beneficiários, desde que concordassem em seguir as novas diretrizes para a agricultura irrigada, as quais enfatizavam o cultivo de lavouras não permanentes, com prioridade para a produção de alimentos destinados aos mercados locais. O restante das terras desapropriadas seria redistribuído entre unidades familiares, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de uma nova “classe camponesa” (Furtado, 1959, p. 65). Essa redistribuição visava fortalecer os pequenos agricultores, promover um uso mais equitativo da terra e garantir que a produção agrícola beneficiasse prioritariamente a população local.

2. *Brazilian Way of Life*

No Nordeste, agrava-se o máximo o *Brazilian Way of Life*: quem tem influência tem tudo, e os pés-raspados, em meio à maior ignorância e desamparo, vivem da mais cristalina teimosia (Callado, 1960, p. 18).

3. Um lote agrícola refere-se à área irrigada pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), abrangendo 15 hectares (Poder Executivo, 1959).

Uma das figuras centrais na reformulação da seca como uma questão social e política foi Antonio Callado, cujas crônicas, publicadas no *Correio da Manhã* ao longo de 1959, um dos jornais mais influentes do Rio de Janeiro, conhecido por sua forte posição editorial (Leal, [s.d.]), desempenharam papel significativo na construção do debate público. Quando Celso Furtado buscou apoio para sua visão de reforma do Nordeste por meio da Operação Nordeste, o diretor do jornal, Paulo Bittencourt, imediatamente endossou a causa, reconhecendo sua importância e seu impacto potencial. Bittencourt iniciou essa mobilização publicando uma entrevista de capa com o economista, na qual ele expunha as novas diretrizes para o Nordeste. Em seguida, Callado, um dos principais jornalistas do *Correio da Manhã*, foi enviado à região para observar de perto os efeitos das práticas políticas historicamente falhas que moldaram o subdesenvolvimento do Nordeste (Furtado, 1989).

A investigação de Callado sobre a Indústria da Seca revela de que maneira tanto os espaços físicos como os sociopolíticos foram sistematicamente manipulados por elites que detinham o poder para manter seu controle sobre as populações sem terra e marginalizadas. No Nordeste, proprietários de terras e figuras políticas impunham sua dominação não apenas mediante o controle da terra e dos recursos hídricos, mas também direcionando a alocação de fundos públicos, o que, por sua vez, reconfigurava a paisagem física para reforçar seu poder político e econômico. O espaço, nesse contexto, não é um elemento passivo ou neutro; trata-se de uma força ativa que molda e é moldada pelas relações sociais. A manipulação do espaço torna-se um mecanismo fundamental para a perpetuação da desigualdade social, à medida que as elites reconfiguram o ambiente para assegurar sua posição privilegiada (Santos, 2021 [1975]; [1979]).

Nascido em 1917, Antonio Callado foi um intelectual profundamente comprometido com a transformação do Brasil por meio da intervenção social. Iniciou sua carreira jornalística no *Correio da Manhã* e eventualmente alcançou o cargo de editor-chefe. Durante a ditadura civil-militar, foi preso várias vezes por causa de suas posições abertamente de esquerda. Sua trajetória no jornalismo não se limitou ao Brasil; atuou como correspondente da BBC e, posteriormente, colaborou com jornais de grande relevância, como a *Folha de S.Paulo* e o *Jornal do Brasil*. Em paralelo ao jornalismo, Callado dedicou-se à literatura e foi amplamente reconhecido por suas contribuições literárias – ele chegou a ser indicado à Academia Brasileira de Letras em 1994 (Martins, 2018). Como jornalista, acreditava firmemente na sua responsabilidade de servir ao interesse público. Refletindo sobre essa convicção, declarou em uma entrevista: “Desde que comecei a escrever para jornais, sonhei com um Brasil real, não ficcionalizado, ordenado, sem fome, sem analfabetismo, em vez dessa tentativa ridícula de país em que vivemos” (Martins, 2018, p. 25).

Quando Callado foi enviado ao Nordeste em 1959, sua missão era desvendar as estruturas políticas e os proprietários de terras que se beneficiavam da distribuição de fundos públicos e do desenvolvimento de terras irrigadas. Ele sintetizou suas descobertas na famosa expressão “industriais da seca”, em referência a uma rede de interesses estabelecidos que lucravam com a condição crônica da região. Esses interesses operavam por meio da inação e de omissões deliberadas, especialmente por parte dos governadores dos nove estados nordestinos, cuja falta de ação perpetuava a exploração dos esforços federais de combate à seca (Callado, 1960, p. 7).

Nesse período, o presidente Juscelino Kubitschek havia acabado de enviar ao Congresso o projeto de lei sobre irrigação, e Callado buscava entender por que muitos políticos regionais permaneciam em silêncio ou se opunham à legislação. Em suas crônicas, o jornalista expunha a estratégia adotada pelos “industriais da seca”. Quando o projeto de irrigação foi anunciado, os representantes estaduais defenderam os interesses dos proprietários de terras “ausentes” e dos “ricos”, argumentando que a lei perturbaria a organização econômica das grandes e médias propriedades. Esses políticos sustentavam que o projeto não traria “justiça social”, alegando que os proprietários de terras forneciam emprego aos trabalhadores sem terra. Notavelmente, não havia menção aos “despossuídos” nem à população mais ampla que sofria sob essas estruturas de poder. Com uma dose de ironia, Callado destacava a hipocrisia das elites: “A pequena propriedade deve acabar, mas os trabalhadores sem terra não devem deixar seus municípios: se saírem, quem votará em seus mentores?” (Callado, 1960, p. 9), ressaltando como os interesses políticos priorizavam o controle eleitoral em detrimento de reformas genuínas para os marginalizados.

Até aquele momento, a política de provisão de água no Nordeste estava centrada na construção de grandes reservatórios, com o objetivo de criar áreas irrigadas para o desenvolvimento agrícola. Entretanto, esse modelo teve consequências sociais significativas. Aqueles cujas terras foram alagadas para dar lugar a esses reservatórios foram deslocados à força, perdendo suas casas e seus meios de subsistência. Por outro lado, os proprietários de terras situadas ao redor dos novos reservatórios encontraram-se em posse das propriedades mais valiosas – o que Callado descreveu como “a mais fantástica loteria do mundo” (Callado, 1960, p. 7), onde indivíduos podiam enriquecer da noite para o dia simplesmente em virtude da posição geográfica de suas terras.

A mecânica é a seguinte: o proprietário, que em anos comuns regala-se de mão-de-obra farta e barata, quando não chove passa seus escravos para o DNOCS [Departamento Nacional de Obras Contra as Secas], que os manda fazer qualquer coisa e gastar o dinheiro no armazém de gente ligada ao DNOCS. Os deputados aproveitam para

canalizar parte do dinheiro para suas zonas eleitorais. O resto não interessa: o dinheiro da “emergência” se derrete no Nordeste como um sorvete (Callado, 1960, p. 29).⁴

Esse sistema agravava os desafios demográficos da região, pois o excedente populacional – privado do acesso à terra irrigada – não tinha outra opção senão servir de mão de obra barata para os grandes proprietários. Além disso, os trabalhadores rurais sem terra eram mantidos na região por meio da distribuição de “fundos emergenciais”, auxílios governamentais concedidos durante as secas, garantindo sua dependência das elites e preservando seu papel como “curral eleitoral”.

Essa constante emergência restringia as oportunidades dos trabalhadores rurais, dificultando o acesso a alternativas viáveis para uma subsistência sustentável. Permanecer na região significava enfrentar uma queda contínua na renda agrícola, forçando muitos a migrar para outras áreas, como o estado do Maranhão, mais fértil e chuvoso, onde alguns já haviam se estabelecido. Em uma entrevista com Callado, Guimarães Duque, funcionário do DNOCS, levantou a questão crucial: “que futuro aguardava esses migrantes sem um suporte ou assistência substanciais?” (Callado, 1960, p. 29).

Segundo Duque, o problema ia muito além da seca em si. A verdadeira questão residia nas estruturas socioeconômicas que perpetuavam a desigualdade e a dependência, criando um problema sistêmico que tornava inadequadas as soluções focadas apenas nos fatores ambientais. Como ele observou de forma contundente, a causa fundamental não era unicamente a seca, mas as profundas desigualdades políticas e econômicas que moldavam a região:

Não basta que o govêrno se limite a apoiar a CODENO [Conselho de Desenvolvimento do Nordeste], que conhece a urgência dêsse deslocamento de população. E preciso, ainda, que o govêrno não responda a telegrama de deputado que só quer uma coisa: que não se tire seu eleitorado do lugar onde se acha (Callado, 1960, p. 29).

Antonio Callado desvendava, assim, como as políticas públicas na região, em vez de aliviar o sofrimento causado pelas secas, eram projetadas para atender aos interesses de grupos políticos poderosos no Nordeste (Martins, 2018). Em seus artigos, ele descreveu a Indústria da Seca como intrinsecamente ligada tanto ao DNOCS como à política regional. Esse sistema era composto de dois principais atores: (i) os proprietários de terras que controlavam as áreas irrigadas e

4. Em todos os trechos citados, contemporâneos ao período tratado no referido artigo, preserva-se a grafia original, conforme a ortografia vigente à época.

(ii) os políticos que defendiam seus interesses. Callado ilustrou vividamente essa relação, comparando-a a uma expressão tipicamente brasileira: “juntar a fome com a vontade de comer, ou a sede com a vontade de beber” (Callado, 1960, p. 12).

Um dos exemplos mais marcantes que ele revelou foi a construção do Açude de Quixeramobim, um projeto que utilizou secretamente fundos públicos destinados a outra barragem. O açude foi construído nas terras do General Wicar, cujos três filhos ocupavam cargos públicos de destaque: um como deputado estadual, outro como deputado federal e o terceiro como diretor-geral do DNOCS (Callado, 1960, p. 13). Esse caso exemplifica como os recursos públicos destinados ao combate à seca eram desviados para beneficiar a elite política, reforçando a corrupção sistêmica e a exploração que o jornalista buscava expor.

Além daqueles que buscavam controlar as terras irrigadas, outro grupo influente destacado nos artigos de Callado era a “gente da carnaúba” (1960, p. 20) – proprietários de carnaubais e salinas. Liderado pelo deputado Franklin Chaves, um agricultor de carnaúba, esse grupo se opôs à construção do Açude Orós, que garantiria um suprimento constante de água para o rio Jaguaribe. Antes da conclusão da barragem, na década de 1960, as margens do Jaguaribe secavam durante as estiagens, e essa seca periódica era essencial para suas indústrias. Um fluxo permanente de água ameaçava reduzir a produção de cera de carnaúba, e as salinas seriam comprometidas, pois o sal poderia se dissolver na água (*ibid.*).

Assim, a disputa em torno desse açude não se limitava ao controle da terra e da água, mas refletia interesses econômicos divergentes, em que a busca pelo desenvolvimento hídrico entrava em conflito direto com a manutenção das atividades lucrativas da região. Além disso, a manutenção das condições de seca era economicamente vantajosa para as elites ricas, visto que os auxílios emergenciais concedidos aos camponeses durante as estiagens garantiam um fornecimento constante de mão de obra barata. Essa força de trabalho era um elemento crucial para a economia do Nordeste, beneficiando os grandes proprietários enquanto mantinha a população mais vulnerável presa a um ciclo de pobreza e dependência.

Nas seções finais de seus artigos, Antonio Callado aprofundou-se nas injustiças sociais perpetuadas pela Indústria da Seca, expondo como os trabalhadores rurais mais pobres eram submetidos a condições degradantes. Um exemplo marcante foi o caso do deputado Jacó Frantz, que ocupava ilegalmente terras públicas havia mais de trinta anos no local do Açude de Pilões. Esse caso evidencia, mais uma vez, o grau de controle que os grandes proprietários exerciam sobre o aparato estatal no Nordeste.

O estado da Paraíba se opôs à construção do Açude de Pilões, cujas terras já haviam sido desapropriadas pelas autoridades federais. O plano original previa

que a barragem tivesse capacidade de 150 milhões de litros. Entretanto, após negociações entre o governo da Paraíba e o DNOCS, chegou-se a um acordo para reduzir a capacidade do reservatório para 13 milhões de litros. As terras remanescentes seriam destinadas à agricultura de subsistência, com os camponeses recebendo contratos de um ano concedidos pelo governo federal para utilizar 10 hectares cada, embora sem nenhum direito de propriedade (Callado, 1960).

O deputado Frantz explorou esse sistema ao arrendar 10 hectares em seu próprio nome e mais 10 hectares em nome de cada um de seus irmãos, transformando o que deveria ser pequenos lotes de subsistência em propriedades significativamente maiores. Essa manipulação de recursos públicos para benefício pessoal reflete os padrões mais amplos de exploração que Callado intentava expor, nos quais terras e recursos públicos destinados aos pobres eram cooptados por grandes proprietários para enriquecimento próprio.

Frantz exemplificava o que Callado chamava de “os ausentes”, proprietários de grandes extensões de terra que viviam longe delas, explorando-as de forma indireta. O referido deputado criava gado em terras ocupadas de maneira ilegal, originalmente destinadas à agricultura de subsistência. Enquanto isso, vivia com conforto em “belas casas em Cajazeiras”, a mais de 400 quilômetros da propriedade. Graças à sua influência significativa sobre o DNOCS, Frantz não apenas não enfrentou nenhuma consequência por sua ocupação ilegal, como também chegou ao ponto de expulsar dois camponeses que possuíam contratos regulares para uso da terra (Callado, 1960, p. 26).

Callado relatou sua conversa com os camponeses expulsos, revelando a profundidade do desequilíbrio de poder: “E não fizeram nada? a gente pergunta. O major é mais poderoso que o governo, é a resposta” (*ibid.*). Esse diálogo evidencia a desigualdade sistêmica na região, onde os grandes proprietários detinham mais poder do que o próprio governo, usando essa influência para se apropriar de terras destinadas ao benefício da população pobre. A história de Frantz simboliza a corrupção e a manipulação das políticas públicas que permitiam que poucos prosperassem, enquanto a maioria permanecia na pobreza.

Conclusão

A investigação de Antonio Callado sobre a Indústria da Seca revela de maneira vívida como a seca no Nordeste brasileiro, longe de ser mero fenômeno climático, foi socialmente construída e manipulada para servir aos interesses da elite regional. O trabalho desse jornalista lança luz sobre como as políticas de combate à seca, em vez de aliviar o sofrimento dos mais pobres, foram sistematicamente cooptadas por grandes proprietários de terra e políticos poderosos para consolidar

sua riqueza e influência. Seu termo “Indústria da Seca” encapsula essa exploração, na qual fundos federais e projetos de infraestrutura pública destinados à mitigação da seca foram desviados para beneficiar um pequeno grupo privilegiado, deixando as populações mais vulneráveis sem assistência significativa.

As crônicas de Callado desafiam a visão reducionista da seca como um desastre natural e enfatizam suas dimensões sociopolíticas. Ele expôs como as elites regionais, especialmente os coronéis e seus aliados, mantinham o controle tanto sobre a terra como sobre os recursos hídricos, utilizando obras públicas, como barragens e sistemas de irrigação, não para apoiar os trabalhadores sem terra, e sim para aumentar o valor das próprias propriedades. Essa dinâmica está enraizada na história mais ampla do coronelismo no Nordeste, onde o poder privado estava profundamente entrelaçado com as instituições públicas, reforçando uma ordem social hierárquica que privilegiava poucos em detrimento da maioria.

Este artigo também examinou as contribuições de Celso Furtado, cuja visão de reforma agrária e distribuição equitativa de recursos representava um desafio direto a essas estruturas profundamente arraigadas. As propostas de Furtado, notadamente a Lei de Irrigação de 1959 e a criação da Sudene, tinham o propósito de romper o ciclo de dependência ao redistribuir terras e água para os trabalhadores sem terra, criando uma classe camponesa. No entanto, como Callado revelou em suas reportagens, essas iniciativas reformistas enfrentaram forte resistência por parte das elites políticas e econômicas, que viam a reforma agrária como uma ameaça ao seu poder e lucro. Com o fracasso na implementação dessas reformas, o *status quo* persistiu, perpetuando as vulnerabilidades tanto físicas como sociais associadas à seca.

A visão de Furtado ultrapassava a ideia de redistribuição econômica. Ao realocar terras e recursos hídricos, ele pretendia desafiar as práticas espaciais que permitiam às elites monopolizarem recursos críticos, com o objetivo de transformar as dinâmicas de poder na região. Suas propostas não eram apenas sobre equidade econômica, mas se constituíam em um esforço para redefinir a geografia do poder, rompendo com a ordem social que mantinha os trabalhadores sem terra em um estado de vulnerabilidade perpétua.

As implicações do trabalho de Callado vão além de sua crítica à Indústria da Seca e às políticas fracassadas de mitigação desse problema. Sua análise ressalta um argumento mais amplo sobre a interseção entre questões ambientais, desigualdade social e poder político no Nordeste brasileiro. A persistência da seca como crise na região não é simplesmente consequência da variabilidade climática; ela está profundamente ligada à distribuição desigual de recursos e à exploração dos fundos públicos. Essa compreensão desloca o foco das soluções técnicas, como a

construção de barragens, para a necessidade de mudanças estruturais sociopolíticas que abordem as causas fundamentais da desigualdade.

A obra de Callado também destaca o papel da percepção pública e da mídia na formação do discurso nacional. Suas reportagens, publicadas no *Correio da Manhã*, desempenharam um papel crucial ao trazer à consciência nacional a realidade da seca e sua manipulação pelas elites. Ao enquadrá-la como uma questão sociopolítica, Callado ajudou a impulsionar um debate mais amplo sobre a desigualdade regional e a necessidade de reformas abrangentes. Suas crônicas não consistiram apenas de uma crítica ao passado; mais do que isso, foram um chamado à ação, defendendo um futuro em que os problemas do Nordeste fossem resolvidos com justiça e equidade no lugar de exploração e oportunismo.

A despeito desses esforços, como Callado e Furtado observaram, as estruturas profundas da desigualdade permanecem intactas. A criação da Sudene marcou um momento significativo no reconhecimento das dimensões sociopolíticas da seca, porém o fracasso em implementar a reforma agrária e redistribuir os recursos deixou problemas fundamentais sem solução. A Indústria da Seca continua a ser um lembrete de como os sistemas políticos e econômicos podem transformar desastres naturais em crises sociais de longo prazo.

Referências

- ALBUQUERQUE JR., D. M. de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BUCKLEY, E. *Technocrats and the Politics of Drought and Development in Twentieth-Century Brazil*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2017.
- _____. Drought and Public Policy in Northeast Brazil. In: *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*. [S.l.: s.n.], 2020. Disponível em: <https://>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- CALLADO, A. *Os industriais da seca e os “Galileus” de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.
- CERTEAU, M. de. *A Invenção do Cotidiano*. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. v. 1: Artes de fazer.
- CUNHA, E. da. *Os Sertões*. São Paulo: Martin Claret, 2017 [1902].
- EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Convivência com a seca. Campinas: Embrapa, [s.d.]. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-convivencia-com-a-seca/perguntas-e-respostas>. Acesso em: 10 set. 2024.
- FERREIRA, J. G. Território das secas do Semiárido brasileiro: Clima, identidade e sociedade. *Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 6, n. 1, 2024a. Disponível em: <https://doi.org/10.46551/rvg26752395220241440465>. Acesso em: 13 jan. 2025.

- FERREIRA, J. G. Barragem de Oiticica: Impasse e reafirmação da resposta à seca no Semiárido potiguar. *Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 21, n. 2, abr./jun. 2024b.
- FURTADO, C. *A Operação Nordeste*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros: Ministério da Educação e Cultura, 1959.
- _____. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GATTO, L. C. S. *Diagnóstico ambiental da bacia do rio Jaguaribe*. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.
- GRUPO DE TRABALHO DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/17760>. Acesso em: 25 set. 2024.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Semiárido brasileiro*. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15974-semiarido-brasileiro.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 17 mar. 2024.
- LEAL, C. E. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, [s.d.].
- LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1975.
- LIMA, J. R.; MAGALHÃES, A. R. Secas no Nordeste: Registros históricos das catástrofes econômicas e humanas do século 16 ao século 21. *Parcerias Estratégicas*, v. 23, n. 46, p. 191-212, 2018.
- MARTINS, L. J. *Antonio Callado jornalista: A narrativa da grande reportagem e o ideal do Brasil possível*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2018.
- MORAES, K. *Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (Ifocs)*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, [s.d.].
- NASCIMENTO, C. E. P. do; SANTOS, M. D. C. dos. Estado e políticas públicas: A seca no Semiárido nordestino. *GEOTemas*, v. 12, p. 1-25, 2022.
- PINTO, G. L. da H. “Lei de Irrigação” (1959) da Sudene: Desapropriação e questão fundiária no Nordeste. *Revista de História*, a00123, 2023.
- _____. Celso Furtado, 100 anos: A Operação Nordeste. *Economia e História*, n. 476, p. 76-82, 2020.
- PODER EXECUTIVO. Projeto de Lei nº 882/1959. Regula o uso da terra e da água nas áreas de irrigação do Nordeste e dá outras providências. Câmara dos Deputados, 9 out. 1959.
- SANTOS, M. *The Nature of Space*. Trad. B. C. Baletti. Durham: Duke University Press, 2021 [1996].
- _____. *For a New Geography*. Trad. A. Davies. Minnesota: University of Minnesota Press, 2021 [1978].
- SECRETO, M. V. The 1877-1879 drought in Imperial Brazil: From Senator Pompeu to André Rebouças: Teachings on workers and the market. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 27, n. 1, p. 34-51, 2020.

TAVARES, M. da C.; ANDRADE, M. C. de; PEREIRA, R. R. *Seca e poder*. Entrevista com Celso Furtado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

TEÓFILO, R. *A fome*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1890.

ZAMBIASI, T. *Paradigms of Water Distribution in the Brazilian Semi-Arid: Between Combatting and Coexisting with Drought*. 2022. University of Cambridge, Cambridge, United Kingdom, 2022. Disponível em: <https://www.repository.cam.ac.uk/handle/1810/370580>. Acesso em: 13 fev. 2024.

Tamara Zambiasi

Historiadora e doutoranda em Geografia na Universidade de Cambridge, Reino Unido, onde também obteve o título de mestre em Estudos Latino-americanos. É bolsista do Conselho de Pesquisas Econômicas e Sociais do Reino Unido (UKRI/ESRC) e pesquisadora honorária distinta do Harding Programme. Integra os grupos de pesquisa Geographies of Knowledge da Universidade de Cambridge e Geografia Política e Meio Ambiente da USP (GeoPo). É membro do escritório de pesquisa da Cambridge Climate Society e coeditora do *The Cambridge Journal of Climate Research*. Sua pesquisa explora a interseção entre financeirização e governança da água no Brasil, examinando os impactos desse processo sobre sustentabilidade e equidade no acesso aos recursos hídricos. Seu objetivo é contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e inclusivas na gestão da água.

Email: tamara.zambiasi@gmail.com

ORCID: 0000-0002-5397-9094

Submissão: 26 de setembro de 2024.

Aprovação: 13 de fevereiro de 2025.

Editores: Maria Encarnação Beltrão Sposito e Everaldo Santos Melazzo.

Como citar: ZAMBIASI, T. Os industriais da seca e a política da seca no Nordeste brasileiro. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. V. 27, E202551pt, 2025. DOI: <http://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202551pt>.

Artigo licenciado sob Licença Creative Commons CC BY 4.0.

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR